

Racismo no Brasil- um fenômeno que perpassa as relações sociais**Racism in Brazil- a phenomenon that waste social relations**

DOI:10.34117/bjdv6n2-156

Recebimento dos originais: 30/12/2019

Aceitação para publicação: 14/02/2020

Soenil Clatinda de Sakes

Mestranda em Ensino

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Mato Grosso.

Endereço: Rua Salvador Marques 80

E-mail: soehsales@gmail.com

Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra

Doutor em Educação-UFMT

IFMT/PPGen/Centro de Referência de Jaciara

Rua Jurucê, nº1241, Centro Jaciara-MT

E-mail: bolinhasenra@yahoo.com.br

Letícia Gisele Pinto de Moraes Queiroz

Especialização em os Processos da Linguagem / Letras.

UNIC

Endereço: Rua Intendente Antonio João n 758 (pessoal)

E-mail: leticiapmq@gmail.com

Maria Geni Pereira Bilio

Especialista E Mestranda Em Ensino

Instituição: Departamento de Pós-graduação em Ensino da Universidade de Cuiabá-MT
(Instituição)

Endereço: Av. 06, quadra 40 casa 12 - Bairro Parque Cuiabá - Cuiabá/Mt Cep. 78095-400

E-mail: genibilioprofessora@gmail.com

Maria do Espírito Santo C. Kaefer.

Especialista em Relações Raciais e Educação na sociedade Brasileira

Instituição: E.E. Liceu cuiabano Maria de Arruda muller - Seduc

Endereço: Av. Doutor José Feliciano Figueiredo - Bairro: Porto - Cuiabá/Mt

E-mail: mariazhakafer@gmail.com

Ricardo de Assis

Especialização. História de Mato Grosso.

Instituição: Universidade de Cuiabá- UNIC

Endereço: Rua. Joaquim Viturino da Silva Campos

E-mail: ricardinhoassis13@gmail.com

Marilene Luzia Pinto de Carvalho

Pós Graduada em educação do Campo e Graduada em História - Licenciatura Plena

Instituição: Unic Beira Rio 1 (Universidade de Cuiabá)

Endereço: Avenida Manoel José Arruda, n° 3100, Bairro Jardim Europa, cidade Cuiabá,
Cep 78065700

Email: marilenevendedora@hotmail.com

RESUMO

Ao longo do tempo, é possível perceber que as a escravidão no Brasil deixou marcas que continuam visíveis e que perpassam as relações entre negros e brancos na atualidade. As muitas formas de opressão, a negação identitária, cultural, de direitos e a exclusão social, cuja gênese localiza-se no período colonial reverbera nos dias atuais não apagaram o desejo de homens e mulheres negras de lutarem pela sua liberdade e garantia de direitos. Neste artigo abordaremos a questão do racismo, que da mesma forma que grande parte dos fenômenos que assolam a população negra no Brasil, o racismo tem como consequência o preconceito, a discriminação racial e a vulnerabilidade social e ambiental, na perspectiva de uma construção social, que marca de forma negativa a vida das pessoas negras brasileiras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa bibliográfica relativa a uma questão social que está arraigada na vida de homens e mulheres marcados pelas muitas formas de adversidades impostas pelo preconceito.

Palavras Chave: Racismo, preconceito, consequências e relações sociais.

ABSTRACT

Over time, it is possible to see that slavery in Brazil left marks that remain visible and that permeate the relations between blacks and whites today. The many forms of oppression, the denial of identity, culture, rights and social exclusion, the genesis of which dates back to the colonial period, reverberates today and has not erased the desire of black men and women to fight for their freedom and guarantee their rights. In this article we will address the issue of racism, which, in the same way as most of the phenomena that plague the black population in Brazil, racism has the consequence of prejudice, racial discrimination and social and environmental vulnerability, in the perspective of a social construction, which negatively marks the lives of black Brazilian people. It is a qualitative bibliographic research related to a social issue that is ingrained in the lives of men and women marked by the many forms of adversity imposed by prejudice.

Keywords: Racism, prejudice, consequences and social relations.

1 INTRODUÇÃO

Conforme Stuart Hall (1977), as relações étnico-raciais são formadas historicamente por meio da construção de imagens e representações sociais. Stuart Hall afirma que,

A representação é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados. Essa definição carrega uma premissa: as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. (STUART HALL, 1977. p61).

Podemos inferir que os sentidos, como consequência das relações sociais, mudam de acordo com a cultura e a época. Nesta direção, as representações sociais de todos os grupos perpassam o meio social de forma a produzir sentidos e consequências. Porém, algumas representações possuem maior visibilidade e passam a ser compreendidas como expressão da realidade social (LOURO, 2000).

Na sociedade brasileira, assim como nas demais, as representações construídas e evidenciadas, são construídas por narrativas hegemônicas, com capacidade para representar e fazer se sobressair um grupo social em detrimento de outros. Tais representações foram construídas por influência da visão eurocêntrica, que imprime sentidos de “normalidade” e “anormalidade”, determinando como norma padrão o homem, branco, heterossexual, cristão. As pessoas que não atendem a esse padrão são visualizadas como desviantes, abjetos, e excluídos socialmente.

Judith Butler afirma que,

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 2000, p. 155).

Fica evidente que, socialmente, a oposição social se dá em função da criação de “marcadores sociais” que, uma vez elaborados por meio de teorias biológicas errôneas, contudo legitimadas socialmente, fazem das marcas corporais elementos por meio dos quais se pode homogeneizar os sujeitos e naturalizar identidades. A reificação da ideia de que o negro consistia em um objeto, o africano escravizado e seus descendentes foi metamorfoseada, no fim do século XIX e início do XX, em teorias racistas que tomaram por base o há época era considerado biologia científica. (GUIMARÃES, 2003).

Importante se faz destacar que os costumes e tradições culturais oriundas da trajetória histórica dos negros, ainda é pouca valorizada pela sociedade atual. No âmbito da historiografia brasileira, os processos históricos culturais desenvolvidos por meio da memória

nacional continua crescente, no que se refere às bases eurocêntricas. A compreensão de Lima (2014), é a de que o reconhecimento e a inserção dos bens culturais advindos de matriz africana ainda esbarram em aspectos históricos vinculados aos processos de dominação e exclusão a que a população negra tem sido submetida ao longo do tempo, compreendendo, sobretudo, que:

Mesmo com um ganho simbólico, representado pelo reconhecimento oficial, as expressões culturais afro-brasileiras ainda são desconsideradas pela sociedade como um todo, enquanto parte de uma matriz cultural formadora da nação. As complexidades decorrentes do racismo e da criminalização histórica de determinadas práticas culturais tornam o processo de valorização desse legado cultural complexo e marcado por disputas de ordens diversas. (LIMA, 2014, p. 7).

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social, estima-se que os povos e comunidades tradicionais brasileira somam aproximadamente 25 milhões de pessoas, 5 milhões de famílias, e ocupam aproximadamente ¼ do território nacional. (MDS, 2009, p. 11). Os dados revelam que a pobreza atinge parte significativa da parcela negra da população. A questão que retrata a existência crescente de famílias negras pobres brasileiras nos conduz a reflexões sobre a importância de implementação de políticas públicas de valorização e oferta dos bens sociais mínimos, garantidores dos direitos, uma vez que o racismo estrutural da sociedade brasileira se dá pela omissão do poder público.

Na prática, a pobreza e as desigualdades sociais e raciais estão relacionadas ao modelo de poder-dominância-subalternização presente na sociedade brasileira. Portanto, é imperativo que a instituição de políticas públicas combativas vá ao encontro das necessidades da população afetada, e que garanta os direitos fundamentais da pessoa, propiciando uma vida de forma digna.

Embora nos últimos tempos o Brasil tenha avançado na percepção quanto ao pagamento de uma dívida social, no caso específico das populações quilombolas, as políticas públicas destinadas a estes, são decorrentes do avanço teórico e prático da nova concepção de quilombo como também dos desafios que este grupo social tem vivenciado no território brasileiro. Isto é, “deixando de ser concebido como um lugar estagnado, para uma visão mais ampla e significativa a qual consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O’DWYER, 2002, p. 18). Mesmo assim, as pessoas

pertencentes a este grupo social, não estão imunes ao fenômeno do racismo e suas consequências.

Contudo, a questão racial consiste em uma preocupação de cunho educativo. Ao tratar sobre a educação nos quilombos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010), considerando o processo histórico de configuração dos quilombos no Brasil e a realidade vivida pela sua população, reconhece em seu bojo que:

As comunidades quilombolas na luta pelos seus direitos à terra, ao território, à memória e aos conhecimentos tradicionais vivem as mais diversas situações de racismo: no cotidiano, na relação com os grandes proprietários de terra e das grandes imobiliárias e nas escolas. (BRASIL, 2013, p.417)

Oliveira (1999) ao discutir sobre a questão racial e suas relações com a educação destaca que de maneira geral, existe certa falta de respeito e dignidade as crianças e jovens negros na maioria das escolas brasileiras, em decorrência das construções sociais equivocadas sobre sua natureza. O ambiente escolar que lhe é oferecido, pouco assegura o seu pleno desenvolvimento, inibe a evolução de seus aspectos físicos, emocionais e intelectuais.

O autor afirma também que, o problema relativo a pobreza, da falta de saneamento básico, a falta de recursos para realizarem construções sólidas, acesso mínimo aos serviços de comunicação e transportes que atinge a maioria da população negra brasileira, leva os a terem condições de vida precária e mais afetados pela assimilação do racismo e do preconceito.

O antropólogo KabengeleMunanga, no prefácio da obra “Psicologia social do racismo; estudos sobre Branquitude e branqueamento”, alerta para o fato de que o preconceito racial é de grande complexidade, e o compara a um *iceberg*. O autor assim explica o fenômeno:

[...] costumo compará-lo a um iceberg cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através dos comportamentos sociais e individuais[...]. A parte submersa do iceberg corresponde, metaforicamente, os preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e as consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas.

Mas se os estudos comprovam a existência de preconceito na escola, o que explica o silenciamento das famílias quilombolas em relação a essa questão? Sobre essa abordagem Oliveira (1999) afirma que para os pais de famílias negras mais empobrecidas, falar sobre o

problema racial é para ela uma questão ameaçadora. Segundo a autora, muitos negros “se recusam a falar dos próprios problemas, certamente na ilusória tentativa de evitar o sofrimento de falar sobre a própria condição de inferioridade, ignorando que a sua omissão, o seu silêncio, agravam a sua condição de oprimido [...]”. (OLIVEIRA, 1999, p. 134).

Daniel Thin (2006a, 2006b) ao aprofundar investigações sobre as relações entre famílias de camadas populares a forma e o modo escolar de socialização, indica a existência de práticas socializadoras divergentes e contraditórias entre elas. Acentua ser o espaço escolar um “lugar de confronto desigual” decorrente de posição hierárquica ocupada socialmente entre as duas instituições, da mesma forma como ocorre na sociedade. De um lado, a lógica escolar, onde se encontra os professores compreendidos como membros da classe média assalariada, porém detentores de poder, e de outro, as famílias populares vistas como despossuídas de capital cultural e dominadas no espaço social.

Em se tratando do contexto racial e, portanto, discriminatório, AvtarBrah (2006) liga os denominados marcadores sociais a “diferenças”. Na prática, são as marcas geradoras de diferenciação social, que estabelecem lugares distintos para os sujeitos no interior da estrutura social. A percepção de Stuart Hall (2007), é a de que esses marcadores se caracterizam como “unidades” que é resultado de um processo de naturalização e fechamento a partir do contraste entre os termos marcados, “mulher”, “negro” e termos não marcados “homem” e “branco” (STUART HALL 2000,p.110).

Para o autor, a identidade só pode ser compreendida como algo que é construído por meio da diferença. Os marcadores sociais em determinado sentido estabelecem limites por meio dos quais os sujeitos constroem suas identidades, incidindo assim na sua produção. Diante do exposto, a fim de compreender o processo de construção identitária se faz imprescindível perceber que as diferenças raciais, como destaca Stuart Hall, “não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças – de gênero, sexualidade e de classe”(STUART HALL, 2003, p346).

Podemos afirmar que a identidade é construída de forma processual, permanente, inacabada, e que se manifesta via consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade¹. Ou seja, “o sujeito se constrói a partir de marcas diferenciais provindas dos outros” (NASCIMENTO, 2003,p.32).

¹ A palavra alteridade possui o prefixo alter, do latim, e significa se colocar no lugar do outro, na relação interpessoal, com consideração, valorização, identificação e no diálogo com o outro. A prática da alteridade se conecta aos relacionamentos tanto entre indivíduos, como entre grupos culturais, religiosos, científicos, étnicos, etc. Na relação alteritária estão sempre presentes os fenômenos holísticos da complementaridade e da interdependência, no modo de pensar, de sentir e de agir, onde

Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros. Desta forma, podemos inferir que o racismo inviabiliza o diálogo entre os diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira, uma vez que cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo binarismo identitários, ou seja, uma identidade do que é “ser negro” contraposta ao que é “ser branco”, com base em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos.

Na prática, o racismo consiste em uma forma de negação ou de e mistificação da alteridade da população negra, fixando-a em estereótipos, atribuindo-lhe uma essência de inferioridade e maldade, não reconhecendo suas diferenças, infringindo-lhe o que Alberto Memmi chama de “a marca do plural” (MEMMI, 1977, p. 81).

Fica evidente que o negro recebe a “marca” do estigma, tendo sua cor de pele utilizada como a essência e elemento de estigmatização. Frantz Fanon (2008), denominou esse processo de “esquema epidérmico” do sistema colonial, a estrutura de discursos culturais, políticos e históricos de estigmatização do negro. O autor destaca que certas sociedades, não só nas Américas, constroem discursos e significados que tentam limitar o negro a uma cor, levando-o a elaborar um esquema corporal histórico-social em conformidade com elementos fornecidos por um outro, o branco, e não por ele próprio.

A percepção de Serge Moscovici é a de que “[...] o racismo é o caso extremo em que cada pessoa é julgada, percebida, vivida, como representante de uma sequência de outras pessoas ou de uma coletividade” (1968,p74). Desta forma podemos inferir que socialmente com base em estereótipos se configura para o negro uma identidade coletivamente atribuída, definida por KabengeleMunanga (2012), como fruto da seleção de sinais diacríticos (atributos selecionados a partir do seu complexo cultural – religião, política, economia, artes, visão de mundo etc.), realizada pelo grupo contrário. Contudo, existe outra dimensão a ser considerada no processo da construção da identidade. Trata-se da dimensão da autoatribuição ou autodefinição, que é formada quando o próprio grupo seleciona sinais diacríticos para se autodefinir. Conforme o autor, compreendemos que a identidade negra corresponde também à identidade de autoatribuição.

o nicho ecológico, as experiências particulares são preservadas e consideradas, sem que haja a preocupação com a sobreposição, assimilação ou destruição destas (DUSSEL, 2006).

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as comunidades negras rurais surgiram antes e depois da abolição da escravatura, formaram-se a partir de terras doadas aos escravos pelo senhorio, terras devolutas, apossamentos de terras do Estado, compra de terras pelos ex-escravos, mediante ocupações de fazendas falidas ou em terras pertencentes à igreja católica, terras doadas e outras formas. Essas comunidades negras também eram chamadas de terra de preto.

No Brasil, a presença negra foi marcante no século XVIII e XIX. É evidente que a vinda desses escravos para o Brasil não se deu de forma pacífica, muitos se rebelaram à forma de tratamento de seus senhores, como também, embalados pelo desejo de se tornarem homens livres, donos de seus próprios destinos, fugiam para lugares desconhecidos e de difícil acesso.

No contexto da compreensão de grupo, os primeiros estudos sobre famílias negras escravas no Brasil, foram influenciados pelos discursos dos viajantes europeus imbuídos de preconceitos e ideologias sobre a vida dos escravos, e, semelhante como ocorreu na historiografia norte-americana, retratou a organização familiar escrava marcada por uma anomia social, caracterizada pela instabilidade das uniões, vida desregrada, promiscuidade, centrados num cenário de violência e carência política, aniquilando a capacidade dos escravos como sujeitos sociais, políticos e históricos.

Gilberto Freyre inaugura esse pensamento, quando traz à tona em sua obra *Casa Grande & Senzala* publicada em 1933, as vivências e experiências ocorridas entre senhores e escravos pautada numa relação harmoniosa e cordial. Dentro dessa perspectiva, traça os laços de família no período escravagista centrada no modelo patriarcal. Desse modo, pressupõe que os escravos construíram suas identidades familiares a partir da relação com a casa grande, reduzindo a capacidade desses homens e mulheres de construir suas próprias famílias.

Alguns estudos no campo sociológico na década de 60, dentre os quais podemos destacar Florestan Fernandes, Emília Viotti e Roger Bastide, travaram uma discussão contrária ao pensamento de Gilberto Freyre (1933). Esses autores mostraram em seus estudos que as relações entre escravos e senhores não eram nada harmônicas, e denunciavam violências e tratamento desumano na escravidão, relação esta que visualizamos como agênese do racismo e do preconceito.

Na prática, esse pensamento trouxe implicações ideológicas graves sobre a imagem do negro, que mesmo após a abolição, trouxe consigo essa deficiência moral. A construção dessa imagem negativa cristalizou no imaginário social brasileiro, que hoje tanto afeta milhares de

peças negras em todo o país, com efeito predominante, às famílias de comunidades quilombolas, compelindo esse segmento social ao esquecimento e à vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, 2010.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**, 2009.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade e diferenciação**. *Cadernos Pagu*, n. 26, jun. 2006.
- DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em Sociologia**. *Educação e Pesquisa*, vol. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.
- _____. **The Work of Representation**. In: _____. (Org.). *Representation, Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997. Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2016.
- _____. **Quem precisa de identidade?**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000
- _____. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte/ Brasília: Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LIMA, I. C.; ROMÃO, J; SILVEIRA. S. M. (Org.) **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1999.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado**. Trad. Ronald Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUNANGA, Kabengele. **Psicologia e Racismo. Uma autocrítica necessária**. In SILVA, M. V. O. (Org). **Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão**. São Paulo. Conselho Federal de Psicologia. Casa do Psicólogo, 2004.

_____. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?**. Revista da ABPN, vol. 4, n. 8, 2012. Disponível em: . Acesso em: 10 jun. 2019.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

O'DWYER, Eliane Catarino. (Org) **Quilombos. Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro. Editora FGV.2002

OLIVEIRA, I; SILVA, P. B. G.; PINTO, R. P. **Negro e educação: escola, identidade, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 1999.

THIN, Daniel. **Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 211-370, maio/ago. 2006.